



Anais da Assembléia

Nº 14

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Edilson Alencar.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lêonidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Indico, para comporem a representação da ARENA, na Comissão Especial que opinará sobre a indicação do Sr. Jayme Lerner para a Prefeitura de Curitiba, os Srs. Deputados Airton Cordeiro, José Domingos e Ezequias Losso.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Erondy Silvério — Líder da ARENA

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Indico, para a Comissão Especial que opinará sobre a indicação do Sr. Jayme Lerner para a Prefeitura de Curitiba, os nomes dos Srs. Deputados Nestor Baptista e Mário Celso.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Nilso Sguarezi — Líder do M.D.B.

Parecer:

COMISSÃO ESPECIAL

PARECER

O Excelentíssimo Senhor Governador propõe a esta Casa, para os fins do previsto no inciso IX, do art. 22, da Constituição do Estado, o nome do arquiteto JAYME LERNER para Prefeito do Município de Curitiba.

JAYME LERNER dispensa qualquer tentativa de justificar a indicação governamental, porque tudo o quanto sobre ele se disser, ou já foi dito ou ficará aquém dos seus méritos pessoais

e técnicos.

Esta Casa teve a honra de considerar seu nome, por ocasião da investidura anterior no mesmo posto, cuja anuência concedeu sem contestação quanto aos requisitos apresentados no respectivo "curriculum vitae".

Agora, depois da magnífica administração a frente da municipalidade curitibana, a ponto de projetar-se internacionalmente pela originalidade e fecundidade de suas iniciativas, esta Casa não só aprova como aplaude a indicação de JAYME LERNER, para uma nova etapa de trabalho.

Esta Comissão, portanto, oferece o seu parecer favorável à aprovação do nome do arquiteto JAYME LERNER para Prefeito Municipal de Curitiba.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1979.

(aa) Ayrton Cordeiro, Presidente

José Domingos, Relator

Declaração de Voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO.

Obedecendo preceito partidário que defende eleições diretas em todos os níveis e em especial das Capitais (dispositivo também do outro partido) e também a decisão de bancada que considerou a presente Comissão como parte do processo indireto, sem qualquer demérito do nome do Sr. Jayme Lerner, nos abstermos de proferir voto.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1979.

(aa) Nestor Baptista e Mário Celso

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, para a tramitação do Projeto de Lei n.º 12/79, que objetiva estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional "Engenharia e Arquitetura".

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(aa) Quielse Crisóstomo e David Cheriegate

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer voto de pesar pelo falecimento de LURDES OSTAPIUK MAZAROTTO, ocorrido nesta Capital.

Outrossim, solicita que do presente seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(aa) Adalberto Daros e Erondy Silvério

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 18 próximo passado, na cidade de Piraquara, da Senhora VOADED SMAKA IVANOSKI (DUDA).

Filha de uma das mais tradicionais famílias do Município de Piraquara, onde grangeou a simpatia e o respeito de seus conterrâneos, Dona Duda, como era mais conhecida de todos, era irmã do Dr. Rached Saliba Smaka, diretor proprietário do Hospital Central de Piraquara e esposa do Senhor Alceu Luiz Ivanoski.

Requer, outrossim, seja dado ciência do presente requerimento ao seu esposo Senhor Alceu Luiz Ivanoski e ao Dr. Rached Saliba Samaka, residentes na cidade de Piraquara.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Luiz Alberto Oliveira

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, obedecidas as formalidades regimentais, requer sejam levados apelos às Secretarias da Agricultura, Finanças, Indústria e Comércio, Planejamento, nas providências que melhor convierem, inclusive junto à Cafe do Paraná e Copasa, no sentido de urgentes soluções quanto à atual produção de milho, para além de se efetivar o término da isenção de ICM, sejam criados estoques reguladores, uma vez que a demanda exagerada oriunda dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e outros, está colocando em sérios riscos as quantidades de milho existentes na região oeste, cujas conseqüências implicaram na importação do cereal, agravando sobremaneira a situação da suinocultura, avicultura, bem como produção alimentar humana.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Nilton Friedrich

JUSTIFICATIVA:

a) Toledo e a região oeste, iniciam um processo de reincorporação à porção agropecuária da região das produções de suínos e aves, numa busca de diversificação das atividades rurais.

b) Toledo e adjacências já conta com mais de 50 aviários instalados, num plano de 100 unidades, sendo que teremos em pouco tempo a produção de 1 milhão e duzentas mil aves, cujo abate será absorvido em grande parte pelo novo frigorífico das Organizações Sadia, em fase de conclusão.

c) A mesma indústria, promove um abate de dois mil suínos por dia, estando entre os maiores frigoríficos da América Latina.

d) No entanto, como o consumo regional de milho é enorme, com reais perspectivas de considerável aumento, os produtores rurais, inclusive através de suas associações, como a Associação dos Criadores de Suínos, estão alarmados com a presença constante de compradores do produto, oriundos de Minas Gerais e outros Estados, que por certo colocarão em sérias dificuldades o estoque em formação, pois a safra está apenas terminando, em alguns municípios.

e) Assim sendo, será conseqüência natural a escassez do produto, dentro em breve, caso não haja uma solução a essa demanda oriunda de outros Estados, o que nos levará à importação do milho, nos moldes de anos anteriores, com gravíssimas conseqüências ao nosso produtor de aves e suínos, geralmente economias de pequena e média expressão.

f) Por fim, além do término da isenção do ICM, objetiva-se possam a Café do Paraná, Copasa e outros meios, proceder a criação de estoques regulares, buscando a existência do produto, quando a demanda do Paraná aumentar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado expediente ao Ex.^{mo} Sr. Secretário da Educação, no sentido que o mesmo informe a situação dos registros de diplomas, das formandas na Escola Normal de Campo Mourão, Extensão de Janiópolis, Mamborê e Ubatã.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Darcy Deitos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à SANEPAR, solicitando daquele órgão, seja dada prioridade e urgência ao serviço de captação e distribuição de água para a cidade de Pinhão, município do mesmo nome, cujo levantamento e projeto técnico já estão concluídos.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Trajano Bastos

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora pleiteamos é uma das mais justas que se poderia pleitear em nome do povo de Pinhão. Uma cidade com mais de 10.000 habitantes e que até hoje não foi beneficiada pelo Governo, com o serviço de abastecimento de água. Município em fase de desenvolvimento, a medida pretendida viria solucionar um dos graves problemas municipais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ex.^{mo} Sr. Secretário dos Transportes, solicitando seja transferida para o Governo do Estado a responsabilidade da conservação da estrada que liga o Distrito de Turvo a Rio Pedrinho, até a divisa com o Município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Trajano Bastos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ex.^{mo} Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a transferência para o Governo Estadual da estrada que liga Campina do Simão a Palmeirinha até a localidade de Piquiri, no Município de Guarapuava divisa com Pitanga.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Trajano Bastos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à TELEPAR, solicitando daquela empresa, seja instalado um posto de serviço telefônico na localidade de Zatarlândia, Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Trajano Bastos

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Zatarlândia, caracteriza-se por uma grande concentração de comércio e indústria extrativa de madeira, bem como um expressivo índice populacional.

A falta deste meio de comunicação, tem gerado inúmeros problemas à população, que através do Vereador Reinaldo Mazurechen, solicitou-nos tal providência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando a transferência para o Governo Estadual da conservação da estrada que liga o Distrito de Goioxim a Marquinho até o Município de Palmital.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Trajano Bastos

JUSTIFICATIVA:

A conservação da estrada mencionada, tem-se constituído num pesado ônus para o Município de Guarapuava. A par

disso, todos sabemos das dificuldades por que passam os municípios paranaenses, inclusive obrigando-os a paralisarem obras prioritárias devido a grave situação financeira que atravessam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ex.^{mo} Sr. Eng.^o Gilberto Geraldo Garbi, M.D. Diretor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando seja instalada em Vila Pioneira, Bairro da cidade de Toledo, extensão de linhas telefônicas.

Justifica-se a instalação de extensão de linhas telefônicas naquele bairro, pela sua proximidade ao centro da cidade de Toledo e pela sua população de aproximadamente 5.000 habitantes, que não possuem sequer um aparelho telefônico.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Ex.^{mo} Sr. Prefeito Municipal e Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Nelton Friedrich

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando a criação de uma subdelegacia na localidade de Alemoa, no Município de Siqueira Campos.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Tadeu Lúcio Machado

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Alemoa, distante cerca de 20 quilômetros da sede do Município de Siqueira Campos, com uma população acima de 2.000 habitantes, bem como se projeta pelas propriedades rurais e comerciais, o que justifica plenamente o pretendido no presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à TELEPAR, solicitando daquela empresa, seja instalado um posto de serviço telefônico na localidade de Rondinha, sede do Distrito de Pedro Lustosa, Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Trajano Bastos

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Rondinha, caracteriza-se por um comércio e índice populacional de expressiva consideração, tornando-se difícil para seus habitantes comunicação com o resto do Estado.

Encaminho o presente requerimento a pedido da população, encaminhado através do Vereador Reinaldo Mazurechen.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício à Coordenadoria Regional do INCRA, anexando o incluso abaixo-assinado, a fim de que seja providenciada a regularização do loteamento urbano da localidade de Alvorada d'Oeste, Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado o ofício ao Senhor Presidente da TELEPAR, consubstanciado em apelo, no sentido de ser determinada a instalação de um telefone público junto a IGREJA MESSIÂNICA DO BRASIL, sito a Rua Simão Bolívar, n.º 960, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Mário Celso

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo se faz, tendo em vista a grande afluência de público junto àquele Templo, com uma participação de duas mil pessoas, diariamente. Como não existe nenhum outro telefone público nas proximidades, dificultando desta forma as chamadas de táxis e também para problemas de emergência, fazemos esta solicitação, na certeza do beneficiamento de milhares de pessoas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, sejam as autoridades competentes alertadas quanto aos problemas de comercialização do fumo, que estão sendo enfrentados pelos agricultores junto às empresas que dominam o setor, pedindo, ainda, que a classificação do produto, através de um órgão habilitado para esse fim, seja feita com a máxima urgência, visto a rapidez com que a cultura se expande (o órgão indicado é a CLASP- PAR).

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

O fumo é uma cultura explorada de forma intensiva, apresentando alto rendimento por área cultivada e o produtor poderia obter resultados financeiros satisfatórios com essa atividade. O custo da produção é encarecido quando há necessidade de utilização abundante de mão-de-obra assalariada. Quando a exploração se dá em pequenas propriedades, a força do trabalho familiar é suficiente e o fumo poderia ser considerado uma das opções mais atraentes entre as atividades do setor.

Contudo, a força do capital exerce controle direto e rigoroso sobre a comercialização, mais do que em outras atividades agrícolas, fazendo com que os agricultores se subordinem às manipulações dessa força. De positivo resta o apreciável montante de impostos arrecadados pelos cofres públicos, gerados pelo mesmo capital industrial. Na atualidade, a cultura do fumo está sendo explorada em alguns municípios da região Sul e Sudoeste do Estado, mas é uma das atividades que mais se expandem, mercê dos estímulos concedidos pelas indústrias.

PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO

Os dados referentes ao ano Agrícola 1977/1978 são da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, no documento intitulado "Dados sobre a Situação da Agropecuária no Estado do Paraná", onde há uma ressalva inicial de que foram selecionadas as culturas e criações cuja somatória no Valor Bruto da Produção (VBP) estivesse em torno de 80% do Valor Bruto da Produção (VBP) do município.

Nestas condições, o fumo aparece em 19 municípios do Estado, ocupando o 13.º lugar em área cultivada, 14.º lugar em número de produtores e 10.º lugar em valor gerado, em 1,9 ha de área média por produtor. (Quadro n.º 1).

Em muitos municípios constitui-se como uma das principais atividades, senão a principal, como no caso do Município de Piên, onde o VBP foi de Cr\$ 32.400.000,00 do total de Cr\$ 50.303.400,00 do Setor Agrícola, ou seja, mais de 64%.

Nos Municípios de Quitandinha e Rio Negro ocupou a

Quadro n.º 01
Dados Relativos aos 19 Municípios produtores de fumo

	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)	Produtores n.º	VBP (Cr\$)
Agudos do Sul	200	280	1.400	130	2.800.000,00
Antônio Olinto	160	192	1.200	44	1.344.000,00
Campo do Tenente	35	115	3.285	20	2.070.000,00
Mallet	300	405	1.350	100	6.480.000,00
Mandirituba	100	180	1.800	63	1.800.000,00
Paula Freitas	100	200	2.000	50	4.000.000,00
Paulo Frontin	262	393	1.500	205	5.893.000,00
Piên	900	1.800	2.000	450	32.400.000,00
Pérola do Oeste	188	235	1.250	185	2.350.000,00
Quitandinha	600	1.140	1.900	325	14.820.000,00
Realeza	635	953	1.500	300	12.668.250,00
Rebouças	205	330	1.610	105	5.280.000,00
Reserva	55	60	1.090	58	900.000,00
Rio Azul	800	960	1.200	550	14.400.000,00
Rio Negro	400	500	1.250	120	10.000.000,00
Santa Helena	282	272	964	165	4.074.180,00
São João do Triunfo	370	444	1.200	176	7.200.000,00
São Mateus do Sul	371	598	1.612	216	9.328.000,00
Tijucas do Sul	50	150	3.000	5	1.000.500,00
TOTAL	6.013	9.207	1.637	3.267	138.807.930,00

Fonte: Dados sobre a situação agrocuária municipal no Estado do Paraná. Ano Agrícola 77/78.

segunda posição em termos de VBP, no ano agrícola de 1977/1978.

Os bons preços recebidos pelos produtores fizeram com que a cultura se expandisse rapidamente, e para a safra 78/79 está prevista uma produção em torno de 43.000 t (Quadro 2).

Para a colheita que ora termina estava inicialmente estimado um rendimento médio em torno de 1.420 kg/ha, mas conforme os levantamentos efetuados em fevereiro, o rendimento médio elevou-se para 1.750 kg/ha.

Segundo a mesma fonte o preço médio por arroba pago ao agricultor está em torno de Cr\$ 280,00 (duzentos e oitenta cruzeiros), o que equivale a Cr\$ 18,66/kg. Contudo, o critério de classificação do produto fica por conta das indústrias e geralmente os preços que os agricultores recebem está aquém daquele anteriormente citado. O jornal "Paraná Rural" publicou em sua última edição (n.º 72), fevereiro/79, página 7), os problemas vividos pelos produtores da região Sudoeste do Estado, onde os preços pagos chegar a ser de Cr\$ 2,00/kg.

Quadro n.º 2
Estimativa de produção do fumo para a presente safra

ANO	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)	Preço médio/arroba
78/79	24.500	42.850	1.750	Cr\$ 280,00

Fonte: DERAL, IBGE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o adiamento da discussão e votação para o requerimento de sua autoria, que solicita informações sobre a construção do Estádio Pinheirão, para a sessão plenária do dia 23 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Mário Celso

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas prerrogativas constitucionais e na forma regimental, requer a V. Ex.^a que após manifestação do Plenário, seja criada a Comissão Especial de Limites Paraná-São Paulo, uma vez que esta Casa, para seu pronunciamento, no final, sobre a questão, precisará estar devida e tecnicamente orientada por um órgão consultivo, como a que se propõe que seja criado, com base em farta e definitiva documentação já reunida sobre os direitos do Estado do Paraná na região da Serra Negra.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Lineu Turra

Apoio: Nilso Sguarezi, Nelson Friedrich, Gilberto Carvalho, Tadeu Lúcio Machado, Mário Celso, Antônio Facci, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Trajano Bastos, Adalberto Daros, Pinto Dias, Ezequias Losso, Egon Pudell, Luiz Alberto Oliveira, Augusto Carneiro, João Mansur, Ayrton Cordeiro, Gabriel Manoel, Kirinus e Valduga, sendo uma assinatura ilegível.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 17/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Luterana de Guarapuava - Ação Social, Cultural e Recreativa, com sede em Guarapuava - PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Trajano Bastos

JUSTIFICATIVA:

A medida ora pleiteada, prende-se ao fato de que a Associação Luterana de Guarapuava - Ação Social, Cultural e Recreativa, vem prestando serviços à comunidade guarapuavana no campo social, cultural e recreativo.

Além do mais, a documentação anexa preenche os requisitos legais, daí presente plano de lei que oferecemos à elevada consideração dos nobres Senhores Deputados.

PROJETO DE LEI N.º 18/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Castro", com sede e foro na cidade de Castro, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Dácio Leonei

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, foi fundada em 10 de dezembro de 1971, estando seus estatutos devidamente registrados no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Castro, no livro número 01, as fls. 95 v, sob n.º de ordem 89, em 28 de setembro de 1972.

Tem a A.P.A.E. de Castro prestado relevantes serviços de

caráter filantrópico, sendo que seus objetivos, organização e atividades vão devidamente informados no relatório anexo.

Dos próprios estatutos constam os seus fins, dispondo ainda o art. 26 que as funções dos membros da diretoria e dos Conselhos deliberativo e fiscal, não são remunerados.

Entendemos que preenche todos os requisitos legais, razão pela qual aguardam o pronunciamento favorável desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

É com satisfação que registramos a presença, neste plenário, do Vereador José Gorski, que se faz acompanhar do Padre Antônio, Vigário da Paróquia de Barigüi. As saudações desta Casa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu talvez tenha me enganado, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, por ter tido, na tarde de hoje, contato tão amável com um velho companheiro e amigo de Câmara Municipal, que nos traz hoje à sua presença neste Plenário: meu amigo e companheiro, Vereador José Gorski.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preparando seu vôo para o Rio de Janeiro, o atual Prefeito de Curitiba inaugurou uma praça de esportes com o nome do Fudador do Grupo "O Globo". Despejou a favela do Capenema, num projeto muito pessoal de "desfavelamento", espalhando a pobreza pela periferia da cidade; bem para lá onde não chegam as inovações urbanísticas. Distribuiu os pobres das favelas pelas cercanias de Curitiba, diluindo suas responsabilidades com a Companhia Metropolitana de Curitiba — a CO-MEC — recentemente agilizada pelo novo Governador do Paraná. Ocorre que, na apreciação de pessoas que entendem de Velódromos, o "Irineu Marinho" caminha para ser um "velório", tais riscos e problemas técnicos foram criados no projeto e na construção daquela praça de esportes. Em todo o caso, não falemos de assuntos técnicos pois isso tem sido atributo especial e muito privado dos técnicos e urbanistas projetados nos últimos anos.

Ninguém põe em dúvida que o atual prefeito tem arregaçado as mangas para o trabalho; e até que tem suado nas maratonas diárias de seu ofício. Basta lembrar a onipresença nas inaugurações, de qualquer tipo, por toda a área metropolitana. E uma parte desse esforço se deve, naturalmente, a uma questão muito pessoal de competir com o ex-prefeito e novo prefeito nomeado Jaime Lerner.

Os cronistas e historiadores vão enfrentar grandes dificuldades para saber quem realizou mais obras; e para que classes e camadas sociais. Ao final, podem concluir apressadamente que um completou o outro, o que seria uma falsa justiça de Salomão. Um técnico, o outro político; um planejador urbano — com erros e defeitos — o outro um tecnoburocrata da ARENA, superposto à estrutura de seu próprio partido. Um jogando no trabalho seu compromisso social, o outro apostando no seu compromisso com a cúpula arenista.

De todo o jeito, o Sr. Saul Raiz já "cavou" sua entrada no Rio de Janeiro; se estiver interessado.

Não vamos falar, agora, do plano de refavelamento da Prefeitura Municipal; alguma coisa de muito especial para a implantação em todo o país.

É notório que não se trata de novidade em nosso sistema urbano criar Robins Hoods na periferia. Afinal, os modernos Robins Hoods trabalham em causa própria, e nesse ponto são iguais em qualquer parte. Só não havia sido pensada é a substituição de favelados por ciclistas, pois não há incompatibilidade entre ser pobre e usar bicicleta. Mesmo que a bicicleta brasileira esteja acima do salário-mínimo.

Para substituir os favelados por ciclistas, a Prefeitura de

de Curitiba tinha naturalmente que ter uma idéia básica. E teve: cespejou os favelados do Capanema e implantou um velódromo. Muito simples e prático.

E assim, entre homenagens e troços, o prefeito Saul Raiz se despede dos munícipes, deixando ainda uma grande contribuição para o trânsito. Não a das trincheiras, elevados, viadutos, anti-pó — porque, justiça se faça, com o nosso suado dinheiro de impostos e taxas, fez alguma coisa durante seu mandato popular. O prefeito Saul Raiz arrematou sua obra com propaganda de conscientização do trafegante: vejam-se os "out-door": "Corra Devagar", "Via Rápida".

Um primor de coerência e de sutileza. Especial para quem esteja viajando a, digamos, 60 quilômetros por hora. Se não fundir o motor, ele mandará um bilhete à Municipalidade, indagando humildemente "que diabo, querem dizer com isso de correr-devagar". E, por antecipação, poderemos responder: excesso de verbas para publicidade. Afinal, um milhão a mais, para quem tem pouco que prestar contas ao povo (ou ao Fundo Perdido).

E a comunidade, feliz, agradece.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Registramos, com muita satisfação a presença neste Plenário do nobre Deputado Federal, Sr. Paulo Marques.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Havíamos solicitado nossa inscrição, no Pequeno Expediente, tendo em conta a existência de um pedido de informações formulado pelo ilustre Deputado Mário Celso, da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, referindo-se ao problema do Pinheirão.

Todavia, pudemos, junto a S. Ex.^a, trocar rápidas idéias a respeito do assunto, e pudemos sentir que, na verdade, o que nos anima a todos, é apenas, e tão somente, a expectativa de que possamos ver concretizado esse grande sonho, ou seja, a construção do Pinheirão, como estádio, ou como grande centro esportivo.

Daí porque apresentamos à mesa um requerimento pelo qual solicitando o envio de um expediente ao ex-companheiro desta Casa, Deputado Luiz Roberto Soares, DD. Secretário da Cultura e Esportes. E vislumbramos, nesse expediente, no qual podemos contar também com a honrosa assinatura do Deputado Mário Celso, vislumbramos nesse expediente apenas, e tão somente, provocar uma posição daquela pasta. Porque, o nosso entendimento é que o problema do Pinheirão não é um problema para ser resolvido nem pela Federação Paranaense de Futebol, nem por qualquer agremiação desportiva, e muito menos pelo Governo do Estado.

Acreditamos que é uma obra só possível através do povo. Ela pertence ao povo. E somente o povo poderá, efetivamente, vir a realizar essa grande obra, dotando o Estado do Paraná de um moderno Centro Esportivo, para que dê, também, ao nosso Estado, a mesma condição de grandeza, no campo esportivo, nas mesmas proporções, na mesma medida, da grandeza que representa o Paraná no concerto federal, em outros campos.

O expediente, Sr. Presidente, que encaminhamos ao Sr. Secretário, assinado por este Deputado e pelo Deputado Mário Celso, vai vazado nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Secretário da Cultura e Esportes do Paraná, posto nos seguintes termos:

Senhor Secretário.

O velho sonho do curitibano e do paranaense volta aos noticiários, pois com a criação da nova Pasta da Cultura e Esportes renova-se a grande esperança de que o Paraná possa vir

a ter concluído o seu Pinheirão, não apenas como um simples Estádio de Futebol, mas como um verdadeiro Centro Esportivo.

A "estória" do Pinheirão começou no entusiasmo do ex-presidente da Federação Paranaense de Futebol, Dr. José Milani.

Já em 1973 a revista "Placard" (n. 186) trazia uma farta reportagem, dando conta de que naquela altura as principais obras já estavam concluídas, como terraplenagem e estaqueamento — que custaram à época 800 mil cruzeiros; fosso, gramado, gerais, cadeiras e vestiários — com gastos de 2 milhões e 330 mil cruzeiros, tudo sem contar o terreno.

Muitos brasileiros do Paraná demonstraram interesse em auxiliar de uma ou de outra forma para que o sonhado "Pinheirão" fosse transformado numa realidade.

Dentre tantos, gostaria de mencionar um antigo comentarista esportivo da capital, Sr. Ernesto Costa de Souza — que, além de elaborar um plano-sugestão ainda fez questão de registrá-lo no Registro de Títulos e Documentos, isto em 22 de dezembro de 1975, sob número 30286 do Livro K-38 (2.º Ofício de Curitiba).

Pude ler atentamente esse plano e acredito que deva merecer um estudo profundo, pois entendo que repousa nas mãos do Governo a derradeira esperança de que seja concretizada a velha aspiração.

É evidente que importantes aspectos deverão merecer um exame especial, a saber:

a) situação do débito da F.P.F. junto ao Banco do Estado do Paraná;

b) situação do terreno onde se localiza o estádio.

Na verdade, Senhor Secretário, há uma expectativa muito grande de toda população com referência ao assunto.

E em última análise, na venda de ações patrimoniais estaria a solução para a conclusão da obra, apenas com a exigência de que existisse um aval de absoluta segurança, como no exemplo citado, o aval do próprio governo.

Em síntese, o objetivo deste expediente é no sentido de que essa Pasta possa examinar com realismo a situação, estudar a viabilidade do Governo do Estado aceitar esse grande desafio e, superados os obstáculos naturais para esse fim, seja o Governo do Estado o líder desse movimento que haverá de permitir que o próprio povo possa construir o seu sonhado Centro Esportivo.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Dácio Leonel"

Segue-se a assinatura deste Deputado, Sr. Presidente, e a assinatura, que tivemos, do Deputado Mário Celso.

Era apenas este registro, Sr. Presidente, uma vez que, tendo sido pedido adiamento de discussão do assunto em tela, entendemos que, por ora, o assunto esteja superado e os nossos propósitos, acreditamos, poderão ser, a curto prazo, alcançados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No primeiro pronunciamento que fiz nesta Casa no dia 14 próximo passado, sofri críticas, porque, estaria me portando agressivamente para com os meus nobres pares. Isto, no entanto, não passa de mera interpretação de quem se sentiu ofendido, pois o nosso espírito não é esse, porque o compromisso que temos é tão somente com o povo de minha terra e do Paraná, que me distinguiu com seu voto para que aqui eu viesse e, através da nossa voz, suas vozes fossem ouvidas, porque quando aqui falamos, o fazemos de coração aberto, como aberto é o coração do sofrido povo do meu Paraná.

Dizia eu naquela ocasião, que, o Poder Legislativo do Brasil e principalmente o do Estado do Paraná, é um poder "castrado", sem ação e sem decisão. E como, Sr. Presidente e Srs. Deputados, todos nós que compomos essa Assembléia iremos

ajudar este Estado a resolver os problemas de mais de oitocentos mil irmãos nossos "bóias-frias", que estão a perambular pelas estradas da vida deste Paraná a clamar por justiça social, humana e decente?

Como iremos ajudar o Paraná a permanecer sendo o grande celeiro desta Nação, hoje responsável por 25% de toda a produção agrícola nacional?

Como iremos ajudar a proteger o nosso lavrador, da voracidade das empresas multinacionais, que, com suas garras estrangulam e manipulam todo o comércio agrícola paranaense, porque o lavrador, quando atende ao chamamento governamental, trabalhando a terra e a plantando, correndo todos os riscos, fica à mercê quando da colheita, dos preços aviltantes ditados pelas empresas multinacionais?

Como iremos restabelecer o equilíbrio ecológico em nosso Estado, porque na região Norte, Oeste, Noroeste e Centro-Oeste este desequilíbrio é uma realidade e alcança índices assustadores, pois aquelas áreas já estão a amargar duas estiagens violentas e isto se deve à mecanização desenfreada e sem planejamento, sem ter sido dito, aos lavradores, que deveriam ser reservadas uma percentagem de sua área em matas virgens?

Mecanização agrícola que é dirigida pelas empresas multinacionais, no afã de vender máquinas e implementos agrícolas e insumos, ao preço que desejam.

Mecanização agrícola que levou a sua meta de que deveríamos nos preocupar somente com a produção para a exportação, e, hoje, vemos com tristeza o Brasil, que era cantado em verso e prosa como um País agrícola celeiro do mundo, a importar trigo, arroz, feijão, alpiste, alho, milho, maçã e tantos outros produtos, sendo responsável esse fator, pelo desequilíbrio da balança de pagamentos da ordem de alguns milhões de dólares, no ano de 78.

Como iremos, Sr. Presidente, Senhores Deputados, ajudar a resolver os problemas dos Professores do Paraná, que estão a reivindicar por justiça e salários compatíveis com seu trabalho.

Como iremos resolver o problema das milhares de crianças paranaenses, sem lar, sem teto e sem escolas, e ainda, sem perspectivas de um futuro melhor.

Fica aqui Sr. Presidente a pergunta:

Como iremos enfim, ajudar o Paraná a resolver as dezenas e centenas de problemas da gente paranaense?

Mas, para finalizar Sr. Presidente e Senhores Deputados, queria dizer que sou daqueles que é contra a todos os meios de opressão, daqueles que acredita que somente num regime de liberdade e de democracia total é que conseguiremos resolver os angustiantes problemas do povo brasileiro, e em particular, do povo do Paraná, mas para isso, tenho que reafirmar o nosso propósito de luta intransigente a favor de uma anistia ampla, geral e irrestrita e uma Assembléia Constituinte, com a participação de todas as camadas vivas desta nação, porque só assim estarei eu aqui nesta Casa, defendendo os legítimos interesses do povo do meu Estado e o programa do meu partido, o Movimento Democrático Brasileiro.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acabamos de encaminhar, a esta Casa, um pedido no sentido de se oficializar às Secretarias da Agricultura, Finanças, Indústria e Comércio e Planejamento, que se oficiasse uma situação altamente preocupante na Região Oeste do Paraná, para que as Secretarias tomassem soluções urgentes contra a atual produção do milho, porque há de convir, Senhor Presidente, Senhores Deputados que nem bem estamos no início da colheita do milho, havendo uma exagerada demanda, oriunda de São Paulo, e especialmente de Minas Gerais e também de

outros Estados, preocupa as classes produtoras e também aos criadores de aves e suínos, quanto à possível existência de pouco produto na sequência da demanda da região, e por esse motivo nós justificamos o pedido.

Que Toledo e Oeste do Paraná iniciaram um processo de reincorporação à força agropecuária da região, das produções de aves e suínos, exatamente buscando diversificar as atividades da região.

Toledo e adjacências, já conta hoje com 50 aviários instalados num plano de 100 unidades, sendo que teremos em pouco tempo, uma produção de mais de um milhão e duzentas mil aves, cujo abate será absorvido em grande parte, pelo novo Frigorífico instalado na região de Toledo, das Organizações Sadias, já em fase de conclusão.

A mesma indústria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, promove o abate de 2.000 suínos diários, estando entre os maiores frigoríficos da América Latina. No entanto, como o consumo regional do milho é enorme, com reais perspectivas de um aumento ainda maior, os produtores rurais, inclusive, através de suas associações, bem como agora, da Associação dos Criadores de Suínos, estão todos alarmados com a presença constante de compradores de produto, oriundos de Minas e de outros Estados, como já dissemos há pouco, e que colocarão em sérias dificuldades o estoque em formação da atual safra.

Assim sendo, será consequência natural a escassez do produto dentro em breve, caso não haja uma solução a essa demanda oriunda de outros Estados, e que nos levará à importação do milho nos moldes dos anos anteriores, com gravíssimas consequências à economia dos produtores de aves e também, por consequência, à própria economia do Paraná e do Brasil.

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós encaminhamos este pedido para que as Secretarias antes referidas, bem como, em conjunto com a Café do Paraná e a COPASA e através de outros meios possíveis, seja procedida a criação de estoques reguladores, buscando a existência do produto, já e no futuro, para que quando a demanda aumentar na região do Oeste do Paraná e em todo Paraná, quer para o consumo desses produtores de aves e de suínos, bem como, para a produção alimentar, para que haja esta produção que o Oeste, de hoje, oferece, que o Paraná, neste ano, teve a felicidade de contar com a quantidade maior, em referência ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais, onde sofreram os problemas violentos das estiagens e, depois, dos problemas das inundações.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos que esta Casa se manifestasse, favoravelmente, a este requerimento, para que, de um lado, se terminasse com a isenção do milho, em nosso Estado, e, de outro, para que as Secretarias de Agricultura, das Finanças, da Indústria e Comércio, do Planejamento, busquem através da Café do Paraná e da COPASA, a criação de estoques reguladores para que não se repita o que aconteceu, recentemente, quando o Paraná e o Brasil, num excesso de produção, vendiam estoques grandes, de milho, a quarenta e três, quarenta e cinco cruzeiros e logo depois, no ano seguinte, o Brasil teve que importar da Argentina e de outros países pagando mais de cento e quarenta cruzeiros a saca.

Seria uma medida razoável e de extrema urgência, para que o Oeste do Paraná, em especial, e todo o Paraná, tenham o milho necessário para a suinocultura, para a avicultura e para a produção alimentar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna, logo após a palavra do Deputado Nelson Friedrich, que vem alertar as autoridades recém empossadas

e recém constituídas, do Estado do Paraná, para um problema que vai se tornando cíclico, desde que a economia paranaense e Sul Brasileira, toda ela está sendo voltada para atender às necessidades do mercado externo e, a pequena e a média propriedades estão sendo, gradativamente, eliminadas para ceder lugar às grandes propriedades que não servem, Sr. Presidente, para fixar o homem à terra, para fixarem o trabalhador ao campo. E a paisagem, certamente, de hoje, é muito diversa da que se observava ontem, no Paraná. Na década de sessenta, o Norte do Paraná apresentava uma média fundiária, por família, de cerca de quatorze alqueires. Com a criação desse modelo econômico agrícola voltado para a exportação, como o estouro do milagre econômico do hoje atual Ministro da Agricultura, ontem na Fazenda, a média de propriedade passa a trinta e cinco alqueires, por família; e, a continuar este quadro, Senhores Deputados, iniciaremos a década de oitenta, com uma média de propriedades de cinquenta alqueires, por família.

O que faz com que os campos se esvaziem em caráter definitivo e as médias e grandes cidades estarão atrofiadas com um crescimento desordenado, sem qualquer harmonia. E a produção do milho, possibilitando a criação de aves e a produção de suínos é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos últimos produtos, uma das últimas trincheiras da resistência do homem brasileiro, que por uma necessidade atávica se une à terra e dela não quer sair a não ser em última instância e em última análise.

E não entendemos e não sabemos compreender como pode o Governo brasileiro dar um estímulo e um incentivo ao trigo, subsidiando-o em cerca de setenta e cinco por cento do seu valor real, fazendo com que, criadores de suínos, com que criadores de aves do Estado do Rio de Janeiro, lancem mão do trigo subsidiado a preço favorecido para sustentar os seus animais e o milho paranaense que é o milho brasileiro, cultura tradicional e eminentemente sulamericana, sofra esses percalços de altos e baixos na sua produção, na sua colheita, na sua comercialização.

O Paraná não pode continuar nesse sistema. Portanto, Sr. Presidente, ocupo esta tribuna, apenas para enfatizar junto à Casa, a necessidade de ser aprovado este requerimento do Deputado Nelson Friedrich, mas acima de tudo, ser tomada uma posição das autoridades paranaenses, em favor da produção do Paraná e do milho. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente, antes de abordar o assunto que nos traz à tribuna, na tarde de hoje, nós gostaríamos de dar o nosso apoio ao nobre Deputado Nelson, de Toledo, sobre o problema do milho. Apenas, também, manifestar o nosso ponto de vista. O Estado do Paraná, hoje, tem uma produção - pelos números fornecidos pela Secretaria da Agricultura e pela própria Comissão de Produção e Financiamento -, de aproximadamente três milhões e trezentas mil toneladas. O consumo interno do Paraná, gira em torno de dois milhões e cem mil toneladas, havendo um excedente de aproximadamente um milhão e duzentas mil toneladas.

No meu ponto de vista, e das reuniões que nós temos mantido, evidentemente que se nós mantivermos todo este milho dentro do Estado do Paraná, aqueles produtores de suínos, os agricultores, enfim, todos aqueles que usam o milho como alimentação básica para os animais, evidentemente terão a ração por um preço mais barato.

Em compensação os produtores de milho, que de oitenta e cinco a noventa e cinco por cento do milho produzido no Estado do Paraná, é produzido todo em propriedades minifundistas, eles levariam um certo prejuízo, porque teriam que

vender o milho, pelo preço mínimo e não pelo preço por eles estabelecido.

Então, o que nós reivindicamos e o nosso apoio é que haja uma fiscalização por parte da Fazenda, da Secretaria das Finanças do Estado, para que o nosso Estado não exporte mais de um milhão de toneladas, que fique em torno de um milhão de toneladas de milho, porque, aí, nós conseguiríamos ter o milho para o consumo interno do Estado do Paraná, sem a necessidade de importar mais tarde, o milho, mantendo um preço estável no mercado, favorável, tanto ao produtor do milho, como ao consumidor, que é o suinocultor, o agricultor.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, é um requerimento que estamos encaminhando hoje à Mesa, e solicitando a aprovação do Plenário, com respeito aos produtores de fumo do Estado do Paraná.

O Estado do Paraná é um dos grandes produtores de fumo do sul do Brasil. Basta dizer, que na cidade de Rio Negro, o maior armazém do Sul do Brasil, para armazenar o fumo, está localizado aqui no Estado do Paraná, o que vem comprovar, realmente, a grande produção de fumo no nosso Estado.

O ano passado, em números fornecidos pela Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, nós produzimos em 1978, aproximadamente, dez mil toneladas de fumo. E devido exatamente o preço que se alcançou, o fumo, este ano, vai chegar a uma produção de cinquenta toneladas, quintuplicou a nossa produção neste setor da agricultura.

O que nós estamos solicitando, trazendo uma reivindicação exatamente desses produtores, principalmente os pequenos produtores, porque o fumo é uma lavoura ainda "sui generis" do Estado do Paraná. Ele recebe todo o incentivo, toda a assistência técnica, todo o financiamento por parte das firmas compradoras, a Souza Cruz, a Santa Cruz, e mais umas duas ou três firmas que atuam no mercado.

O que, em recente reunião, com representantes desses produtores, nós tivemos a oportunidade de discutir e é exatamente esta reivindicação que nós estamos trazendo aqui, é de que a classificação do fumo, seja feita pelos Serviços de Acordo e Classificação do Paraná, pois o que está acontecendo é um fumo de primeira categoria ou de primeira classe, que custaria em torno de vinte e cinco cruzeiros a arroba, estaria hoje, sendo vendido a pouco mais de dois cruzeiros o quilo. O que vem demonstrar, realmente, um prejuízo grande, a ele, o produtor no setor.

Para se ter uma idéia realmente, do que significa hoje para alguns municípios a produção de fumo, basta dizer, por exemplo, que o município de Pien, é o maior produtor do fumo do Paraná, com uma produção de mil e oitocentas toneladas. Em segundo lugar, vindo Quitandinha com mil, cento e quarenta toneladas, dando ao município que somente Pien, sessenta e quatro por cento da sua Receita, do produto bruto, e é exatamente, através do fumo produzido naquele município.

Então fica, Sr. Presidente, o requerimento, que já foi inclusive lido, para que as autoridades competentes sejam alertadas, para os problemas de comercialização que está trazendo, e que o Serviço de Acordo de Classificação do Paraná, para que o fumo obtenha um preço melhor na sua comercialização, na sua colheita, faça esta classificação aos produtores.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

Antes de entrar no Grande Expediente, eu solicito do Sr. 1.º Secretário, que proceda a leitura da Mensagem n.º 34/79 - enviada pelo Sr. Governador do Estado, a esta Casa de Leis.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Basílio Zanusso) (Lê a Mensagem)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Após a Mensa-

gem lida pelo Sr. 1.^o Secretário, esta Mesa determina que a referida Mensagem seja protocolada, autue-se como proposição e, solicita, das lideranças, a indicação de Comissão Especial, que irá apreciar a referida mensagem.

Dentro do Grande Expediente, concedo a palavra, ao nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traz-nos à tribuna, assunto melindroso, que está a exigir a integral e permanente atenção desta Casa, sob pena do Estado do Paraná vir a sofrer violento atentado à integridade de seu território.

Referimo-nos à questão lindeira com o Estado de São Paulo, questão surgida num passe de mágica, no justo instante em que entraram em jogo os interesses de poderosos grupos econômicos bandeirantes.

Historiemos os fatos, para conhecimento geral:

O problema da fixação da linha delimitadora entre São Paulo e Paraná, datava da criação de nossa Província, e, já na República, não cessou de preocupar, apesar das tentativas de solução de ambos os Governos, através de comissões de peritos. Nenhum laudo pericial, chegou a ser aceito, porque conflitante com os pontos de vista defendidos pelos respectivos Estados.

A essa altura, o Presidente Altino Arantes, de São Paulo, propôs, em carta de próprio punho, ao seu colega do Paraná, Affonso Alves de Camargo, a solução, por meio de arbitramento, na forma estabelecida pela Constituição Federal de 1891, então em vigor.

Aceito o alvitre, Altino Arantes veio a Curitiba e, em solenidade grandemente concorrida, assinou, com o Presidente do Paraná, um Termo Arbitral, datado de 14 de dezembro de 1919, indicando, como árbitro único, o Presidente Epitácio Pessoa, para traçar a "linha divisória definitiva, que poderá ser alguma das propostas pelos peritos divergentes, ou uma terceira, contanto que seja uma linha natural, em toda a sua extensão facilmente reconhecível por acidentes geográficos de importância, respeitadas, o quanto possível, as razões de direito."

(Lendo) "A cláusula II, estabeleceu ainda, entre outras exigências, que a decisão do árbitro seria "desde logo observada e cumprida, sem recurso, pelos Governos interessados que a submeterão imediatamente à ratificação dos respectivos Congressos Estaduais, para fins constitucionais".

O laudo arbitral de Epitácio Pessoa, foi proferido a 15 de julho de 1920, estabelecida, pois, a seguinte "linha natural, em toda a sua extensão facilmente reconhecível por acidentes geográficos de importância", conforme o que havia determinado o Termo de Compromisso Arbitral:

"A fronteira entre os Estados de São Paulo e Paraná, começa no Oceano, na barra do Ararapira, acompanha a curva do rio, passando no povoado do mesmo nome, até ao meio do istmo do Valadouro, e ali busca o divisor das águas que correm, à direita, para o mar e canal das Laranjeiras; segue, por este divisor até ao Alto da Serra Negra, e por esta até à altura do morro existente entre ela e a Serra da Virgem Maria; pelo cimo deste morro, as nascentes do Rio Pardo, nesta última Serra, e pelo rio Pardo, até ao Ribeira; sobe este rio e depois o ribeirão Itapirapuan, até às cabeceiras; ganha o outro lado da Serra, a nascente do Égua Morta, e continua pelos cursos deste, do Itararé e do Paranapanema, até ao Rio Paraná".

O Congresso Legislativo de São Paulo, aprovou as leis estaduais de n.ºs 1736, de 27 de setembro de 1920, e 1.803, de 29 de novembro de 1921, ao passo que, o Congresso Legislativo do Paraná, aprovava a lei estadual de n.º 2095, de 14 de março de 1922, cujo texto foi a reprodução, *ipsis literis*, da linha demarcatória, tal como fixada por Epitácio Pessoa.

Em obediência aos preceitos constitucionais da época, O Congresso Nacional homologou o laudo arbitral, que, à luz

do Direito, equivale a sentença passada em julgado.

O Presidente Artur Bernardes sucessor de Epitácio Pessoa, referendou ainda a homologação feita pelo Congresso Nacional, através do Decreto n.º 4616, de 14 de dezembro de 1922.

O Governo Caetano Munhoz da Rocha, editou, em 1922, o primeiro mapa oficial do Estado do Paraná, e o governo Washington Luiz Pereira de Souza, editou em 1923, o primeiro mapa oficial do Estado de São Paulo, ambos rigorosamente de acordo com a linha divisória traçada por Epitácio Pessoa. São Paulo respeitou essa linha por mais de quarenta anos consecutivos, como até hoje, está ocorrendo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A região da Serra Negra, carente de estradas, mantinha apenas uma agricultura de subsistência, em terras que vinham, desde o Império, de pai para filho, porquanto, a rodovia de ligação de Curitiba com São Paulo, era por Bocaiúva do Sul e Apiaí.

Durou pouco a alegria dos caboclos ante a notícia de que o D.N.E.R' iria construir outra, mais moderna, atravessando a região da Serra Negra. A alegria durou pouco, porque o grupo econômico, chefiado pelo Sr. Adhemar de Barros, cobicou aquelas terras, destinadas à rápida valorização.

Houve um subterfúgio: O Sr. Adhemar de Barros comprou, ao governo de São Paulo, duas glebas, de quinhentos alqueires cada uma, na Barra do Turvo. Ao invés de instalar-se nas terras compradas, veio mais para o sul, para a região da Serra Negra, dentro do território paranaense.

Com anterior experiência de intrusão no Oeste paranaense, invadiu, na Serra Negra, terras de propriedade alheia, com bandos de pistoleiros profissionais. As tropelias tiveram início com espancamentos, queima de casas e de roças, estupro de moças e mulheres casadas, assassinato dos donos das terras. Há processo-crime na comarca de Jacupiranga, com perfeita identificação dos homicidas, sobre vítimas enterradas em covas rasas, e com as pernas de fora, por não haver preocupação na ocultação dos cadáveres, já que os criminosos tinham certeza da impunidade.

"Quem resistiu, teve de suportar na calada da noite, os atentados contra as casas, com rajadas de metralhadora e insultos soezes. Quem quis preservar a vida, fugiu aterrorizado.

Uma das vítimas, fez impressionante relato sobre as atrocidades sofridas na extinta Comissão Especial de Limites Paraná-São Paulo. Sossegou apenas, quando entregou extenso e fundamentado relatório à 2a. Seção da 5a. Região Militar, do qual existe cópia nesta Casa.

A área esbulhada compreende, aproximadamente, oitenta mil hectares, e não alguns metros apenas, como o faccioso noticiário oficial quis dar a entender. Nessa área, além de abundante reserva florestal nativa, existem riquíssimas jazidas de mármore, chumbo, cobre, ouro, prata e urânio.

Como curioso detalhe histórico, podemos lembrar que, a primeira exploração de ouro e prata no Brasil-colônia, foi feita exatamente na Serra Negra, o que ensejou a ereção, em Paranaguá, da Casa de Fundição, da qual era responsável Ébano Pereira.

Como justificar a violenta ocupação de terras em território paranaense se os títulos em poder do Sr. Adhemar de Barros, eram paulistas? Isso não era tropeço para quem tinha imaginação fértil: o Sr. Adhemar de Barros, negou-se a identificar a Serra Negra, como sendo a Serra Negra, para, assim, poder afirmar que se encontrava em território paulista, e não paranaense.

Alicerçado na força bruta dos jagunços e no dinheiro corruptor, o Sr. Adhemar de Barros se consolidou nas terras esbulhadas, não hesitou em cometer uma sucessão de heresias geográficas, inclusive de pretender provar que o Planalto Ondu-

Estado do Paraná é a Serra Negra... Não levou em conta os mapas de São Paulo que, desde o tempo do Império, vinham assinando, em seqüência, as Serras do Taquari, do Cadeado, Negra Morro Isolado, da Virgem Maria e Três Pontões, e que, segundo o laudo de Epitácio Pessoa, continuaram a pontilhar a linha divisória entre os dois Estados.

Se, a princípio a tese ademarista foi motivo de risos, o governo bandeirante logo a encampou, com vistas à conquista de nova faixa de terras para São Paulo. Surgiu, desse modo, o litígio de fronteiras.

A criação do Parque Florestal de Jacupiranga, constituiu uma arbitrariedade e uma violência, porque violou a integridade territorial do Paraná, e, desrespeitou o sentimento paranaense do nosso povo. Sob o pretexto de proteção às reservas florestais, o governo paulista enviou, para o local, contingentes da sua Força Pública e guardas-florestais fortemente armados para impedir o acesso às terras, dos legítimos proprietários. Só entra nelas, quem tem salvo-conduto assinado pelo Sr. Adhemar de Barros Filho...

Está comprovada a negligência, quando não a cumplicidade dos nossos sucessivos governos ao não revidarem a insólita agressão que vimos de sofrer. Como medida aleatória, sem consequência prática, foi a criação, de comum acordo, da Comissão Mista Paraná-São Paulo, em cuja primeira sessão deliberou-se o envio à zona litigiosa de representantes credenciados dos dois Estados. Pelo Paraná, o engenheiro Julius Jankoscz, e, por São Paulo, Pedro Comerí. Os dois percorreram toda a área, e fincaram marcos assinaladores da divisa, tendo sido fotografados e filmados os acidentes geográficos que pontilham a linha divisória. Mas, o Relatório Jankoscz, foi recusado pelos paulistas, e o filme desapareceu. Depois disso, nada mais houve de importância, até o final melancólico da Comissão Mista, em 1973.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Quero cumprimentar o Deputado Lineu Turra, pela grandiosidade do assunto que Vossa Excelência traz hoje à tribuna desta Casa, no seu Grande Expediente, visto que o Estado do Paraná, seja dentro desta situação de litígio, com o Estado de São Paulo, na famosa questão de fronteiras, por parte do seu território apossado naquela forma que o ademarismo sabia fazer.

De tal importância, de tal magnitude é o assunto que Vossa Excelência levanta, principalmente no momento em que há uma nova administração estadual se instalando, para que se renovem as esperanças do Paraná, no sentido de que a integridade física-territorial de nosso Estado seja, finalmente, respeitada.

Porque, veja Vossa Excelência, Deputado Lineu Turra, que a maneira pouco limpa com que foi criada essa questão de litígio fronteiriço do Paraná com São Paulo, deu ocasião, deu oportunidade, a que milhares de quilômetros quadrados do Paraná, fosse usurpados pelo mesmo Estado de São Paulo, através da Companhia Elétrica de São Paulo S.A. — CESP — invadindo o rio fronteiriço, o Paranapanema, inundando as terras do Estado do Paraná, a título de geração de energia elétrica, sem, entretanto, dar ao Estado do Paraná, qualquer compensação de ordem social, econômico, financeira ou tributária.

Quero apenas me solidarizar com Vossa Excelência e cumprimentá-lo pela grandiosidade do assunto que Vossa Excelência traz à discussão, nesta tarde, nesta Casa.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço a participação do nobre Deputado Renato Bernardi, e para nós, é um prazer receber um aparte tão brilhante, para que fique o mesmo, fazendo parte integrante do nosso pronunciamento.

"O então Departamento de Geografia, Terras e Colonização, - hoje Instituto de Terras e Cartografia -, publicou em 1961, no governo Ney Braga, um mapa oficial errado, do

Estado do Paraná, em que, o que legitimamente nos pertence apareceu como zona litigiosa. Esse mapa foi reeditado em 1965, no governo Paulo Pimentel, apesar da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na Assembléia Legislativa, e, apesar do laudo do professor Reinhard Maack, após levantamento topográfico "in-loco".

Um membro da delegação paranaense da Comissão Mista, teve a infelicidade de propor, em 1973, o arbitramento da questão, em face da teimosa recusa paulista em reconhecer os nossos inegáveis direitos sobre a região da Serra Negra. A proposta vingou, e os dois governos convidaram o Presidente Emílio Garrastasiu Médici, para árbitro. Como Médici nada decidiu, novo convite foi formulado, já então, ao novo Presidente Ernesto Geisel.

A proposta foi infeliz, porque não há o que arbitrar, uma vez que tudo já foi arbitrado, com acatamento pelas partes, em 1920.

A chefia da Casa Civil da Presidência da República, teve a lucidez de remeter esse expediente, para dizer, ao Consultor Geral da República. O parecer do Consultor Geral da República, Luiz Rafael Mayer, publicado no Diário Oficial da União, de 10 de outubro de 1974 (pgs. 11607 e 11609), e datado de 26 de setembro, foi claro ao declarar a inconstitucionalidade do arbitramento nas questões de fronteiras inter-estaduais:

"c) inexistência preceituada constitucional que faculte ou imponha aos Estados a solução das questões de limites, por meio de acordos ou arbitragem, validados e eficazes, a nível da lei maior, como nas Constituições anteriores;

"d) e confirmada a competência do Supremo Tribunal Federal, para processar e julgar, originalmente, as causas e conflitos entre Estados (art. 119, I, "d").

Noticiou, entretanto, a imprensa diária que os Srs. Jayme Canet Júnior e Ney Braga vêm de entregar vinte quilos de documentos, em vários volumes, ao Presidente Ernesto Geisel, a fim de que funcione ele, como árbitro no litígio fronteiriço, apesar de não ter cessado, de 1974 a esta parte, a inconstitucionalidade de tal arbitramento, conforme o parecer exarado do Consultor Geral da República.

Ninguém poderá contestar a invalidade de um "verdictum" como esse, mesmo se bem intencionado, porque é gritante a sua inconstitucionalidade. Nos termos do Artigo 44, V, da Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional a decisão dos casos de incorporação ou desmembramento de territórios dos Estados. E, nos termos do já citado artigo 119, I, "d", é da competência originária do Supremo Tribunal Federal, a decisão das causas e conflitos entre os Estados. O arbitramento não figura em parte alguma, como solução constitucional, para os casos de questões limítrofes entre Estados.

A Assembléia Legislativa sempre se manteve vigilante na defesa do patrimônio público do Paraná.

Provam-no, a Comissão Parlamentar de Inquérito de 1961, e a contratação do geólogo Reinhard Maack, para dirimir a questão, provam-no a ação, em outros tempos, do Deputado João Mansur e de outros mais, e, a iniciativa do Deputado Estadual emedebista Maurício Fruet, de instalação, na Legislatura passada, de uma Comissão Especial de Limites Paraná-São Paulo, com atuação dinâmica e patriótica.

Nesta conjuntura, a Assembléia Legislativa não pode ficar alheia ao que se passa, e precisa instalar, urgentemente, outra Comissão Especial de Limites Paraná-São Paulo, pois, em qualquer circunstância, terá de pronunciar-se sobre a solução que vier a ser dada. E nada melhor para um pronunciamento objetivo, franco e desassombrado, do que aproveitar o acervo de documentos, reunidos pela anterior Comissão Especial, em nova Comissão Especial de Limites que esteja

em pleno funcionamento, para poder esclarecer e orientar os Srs. Deputados. A Comissão Especial de Limites Paraná - São Paulo, que propomos, continuará a colher subsídios e documentos de vital interesse para o nosso Estado.

Por este motivo, encaminhamos a V. Ex.^a, Sr. Presidente, para apreciação do Plenário, o seguinte requerimento, para instalação de uma Comissão Especial de Limites Paraná-São Paulo. (Lê o requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Presidência consulta a Liderança do MDB, se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado. (Pausa) (Declina).

A mesma consulta, a Mesa faz à ARENA. (Declina). O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Antes porém, a Mesa tem a comunicar aos Senhores Deputados, conforme informação recebida do Cerimonial desta Casa, que, estará em visita a este Poder Legislativo, no dia de amanhã, dia 21, às 9,30 horas, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, que fará uma visita a esta Casa de Leis e aos Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/79, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que determina através de despacho da Presidência, o arquivamento de Proposições, conforme especifica. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Art. 1.º — Serão arquivadas, mediante despacho da Presidência desta Assembléia Legislativa, as Proposições apresentadas até o ano de 1.976, inclusive, cuja tramitação não tenha atingido a fase de votação.

§ 1.º — O autor da Proposição, ou, na sua falta, o Líder de bancada, poderá solicitar, mediante requerimento escrito à Mesa, dentro do prazo de quinze (15) dias, da publicação desta Resolução, o prosseguimento da tramitação da Proposição, que pretenda manter.

§ 2.º — As Proposições referidas neste artigo, enquanto não se esgotar o prazo previsto no § anterior, terão sua tramitação suspensa, junto ao Departamento Legislativo.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979

(aa) Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Basílio Zanusso — 1.º Secretário

Domício Scaramella — 2.º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Com o presente projeto de resolução, pretende-se sustentar a tramitação e determinar o competente arquivamento de diversas Proposições apresentadas até o ano de 1976, e cuja finalidade, pelo decurso de prazo, já não mais atendem a qualquer interesse.

Essa é uma praxe que vem sendo adotada neste Legisla-

tivo, com o propósito de melhor atender os trabalhos da Casa, sem contudo, cercear a tramitação das matérias que apesar do decurso de prazo e de não terem tido o andamento regimental, por quaisquer razões, possam ainda, a requerimento de seu autor ou Líder de bancada, prosseguirem os trâmites regimentais.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/79, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças, deste Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1976. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 02/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

ARTIGO ÚNICO — Fica aprovada a prestação de contas do Departamento de Finanças da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1976.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(aa) Francisco Escorsin, Presidente;

Hélio Manfrinato, Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO N.º 03/78

P A R E C E R

A presente Proposição, dispõe sobre a prestação de contas do Departamento Financeiro deste Poder, referente ao exercício de 1977.

Além do relatório propriamente dito, ela apresenta também, os requisitos exigidos pela Lei n.º 4.320/64, balancetes, balanços e quadros demonstrativos de despesas, conforme preceitua as determinações da contabilidade pública.

Face ao exposto, afirmamos favoravelmente à aprovação da presente proposição, através do projeto de resolução, que anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1979.

(a) Aguinaldo Pereira Lima

Presidente e Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAR

P A R E C E R

A presente proposição, dispõe sobre a prestação de contas do Departamento Financeiro deste Poder, referente ao exercício de 1976.

Além do relatório propriamente dito, ela apresenta também, os requisitos exigidos pela Lei n.º 4.320/64, balancetes, balanços e quadros demonstrativos de despesas, tudo conforme preceitua as determinações da contabilidade pública.

Face ao que foi exposto e diante do que dispõe a lei, não há objeção a fazer, sendo o motivo pelo qual, este parecer se manifesta favorável à sua aprovação.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1977.

(a) Hélio Manfrinato.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/79, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1977. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 03/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

ARTIGO ÚNICO — Fica aprovada a prestação de contas

do Departamento de Finanças da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1977.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979
(aa) Francisco Escorsin, Presidente;
Aguinaldo Pereira Lima, Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO N.º 03/78

PARECER

A presente proposição, dispõe sobre a prestação de contas do Departamento Financeiro deste Poder, referente ao exercício de 1977.

Além do relatório propriamente dito, ela apresenta, também, os requisitos exigidos pela Lei n.º 4.320/64, balançes, balanço e quadros demonstrativos de despesas, conforme preceitua as determinações da contabilidade pública.

Face ao exposto, afirmamos favoravelmente à aprovação da presente proposição, através o projeto de resolução, que anexo apresentamos.

Sala das Sessões, em
(aa) Francisco Escorsin, Presidente;
Aguinaldo Pereira Lima, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais Cristãos", com sede e foro na cidade de Irati. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 108/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação dos Pais Cristãos", com sede e foro na cidade de Irati.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1978.

(a) Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços, no campo da filantropia e assistência social, à comunidade da cidade de Irati, grangeando-lhe o reconhecimento municipal, através da Lei n.º 260/62, daquele município.

A documentação que ao apresenta anexamos, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação reguladora da matéria, em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 108/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente Projeto de Lei n.º 108/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PAIS CRISTÃOS", com sede na cidade de Irati.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal, por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-

-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente;
Waldenício Barbalho, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135/78, de autoria do ex-Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais de Cianorte — S.O.S.", com sede e foro no Município de Cianorte. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do Substitutivo, por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 135/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CIANORTE — S.O'S., com sede a Rua Florianópolis, 1.813, da cidade de CIANORTE-Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1978.

(a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

O SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CIANORTE, S.O.S., com sede na cidade de Cianorte, a Rua Florianópolis, 1813, constitui uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como objetivo a AJUDA às pessoas menos favorecidas, pautando seus ideais em servir com víveres, medicamentos e o atendimento na forma de orientação familiar e social.

Encontrando-se em pleno funcionamento e atendendo as determinações previstas em lei, justifica o presente pedido para que venha a ser declarada de UTILIDADE PÚBLICA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 135/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio, o presente Projeto de Lei n.º 135/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CIANORTE — S.O.S.", com sede em Cianorte.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que, a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer inconstitucional, que impeça a sua tramitação normal, por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral, que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente;
Luiz Alberto Oliveira, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CIANORTE — S.O.S.", com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em

(a) Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, Líder da ARENA, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados Aírton Cordeiro, José Domingos e Ezequias Losso, para comporem a representação da ARENA, na Comissão Especial que opinará sobre a indicação do Senhor Jayme Lerner, para Prefeitura de Curitiba.— Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Líder do MDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados Nestor Baptista e Mário Celso, para comporem a Comissão Especial, que opinará sobre a indicação do Sr. Jayme Lerner, para Prefeitura Municipal de Curitiba. Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Voaded Smaka Ivanoski, ocorrido em Piraquara.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, com o apoio do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Lurdes Ostapiuk Mazarotto.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e David Cheriegate, constante do expediente, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei n.º 12/79.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, com o apoio do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes do Paraná, contendo sugestões com referência ao término do Estádio Pinheirão.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que informe a situação dos registros de diplomas, das formandas na Escola Normal de Campo Mourão, Extensão de Janiópolis, Mamborê e Ubatã.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à SANEPAR, no sentido de que seja dado prioridade ao serviço de captação e distribuição de água para a cidade de Pinhão.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a transferência para o Governo Estadual, a conservação da estrada que liga a Campina do Simão a Palmeirinha, no Município de Guarapuaçu.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a transferência para o Governo Estadual da conservação da estrada que liga o Distrito de Goioxim a Marquinho, até o Município de Palmital.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto de serviço telefônico, na localidade de Zatarlândia, Município de Pinhão.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de que seja transferida para o Governo do Estado, a responsabilidade de conservação da estrada que liga o Distrito de Turvo a Rio Pedrinho, até a divisa com o Município de Cândido de Abreu.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando sejam alertadas as autoridades competentes quanto aos problemas de comercialização do fumo, que estão sendo enfrentados pelos agricultores, junto às empresas que dominam o setor.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a criação de uma sub-delegacia na localidade de Alemoa, no Município de Siqueira Campos.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalada em Vila Pioneira, bairro da cidade de Toledo, extensão de linhas telefônicas.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcio Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Coordenadoria Regional do INCRA, encaminhando abaixo-assinado, a fim de que seja providenciada a regularização do loteamento urbano, da localidade de Alvorada D'Oeste, Município de Cascavel.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o término de isenção do ICM, na produção do milho, bem como, a criação de estoques regulares do produto.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando seja criada a Comissão Especial de Limites do Paraná-São Paulo.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações com referência a conclusão do Estádio Pinheirão.—

Ao referido requerimento, foi apresentado outro, também de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, solicitando o adiamento da discussão e votação do mencionado expediente.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcio Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e Diretor do DETRAN, encarecendo providências para a iluminação e sinalização na trincheira construída sob a Avenida Manoel Ribas.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Morte do Release" publicado no jornal "O Estado do Paraná".— Em votação. O SR. JOSÉ DOMINGOS — Para encaminhar a votação. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"O nosso requerimento, solicitando a transcrição em Ata da Assembléia Legislativa, do editorial "Morte do Release", publicado pelo jornal "O Estado do Paraná", na sua edição de sábado passado, não visa premiar ninguém, mas ao pedirmos o registro, nós cumprimos um dever, como jornalista, como homem de imprensa, do rádio e da televisão, mas que, também, militou em jornais da Capital. O editorial de "O Estado do Paraná", foi a primeira manifestação favorável à medida adotada pelo Governo Ney Braga, através do seu secretário de comunicação, Cleto de Assis, eliminando as matérias oficiais, como dissemos em nosso requerimento.

Em suma, como diz o editorial "uma informação estereotipada, eivada de louvaminhas, divulgada com as mesmas letras, títulos, idéias etc. Uma notícia fabricada. E "O Estado do Paraná" ao abordar o assunto no seu editorial "Morte

do Release". o faz com muito conhecimento de causa. E defende o fim dessa medida. Suas críticas ao "release" são procedentes. Proceem, porque toda uma classe de profissionais da imprensa é favorável ao fim do "Release". Favorável, por muitos motivos: pela própria liberdade de imprensa, liberdade de informação, liberdade na busca de informação completa, sem vícios; pela oportunidade que a medida vai propiciar no campo do profissionalismo da imprensa, porque há que se reconhecer que, será ampliado o mercado de trabalho. O Sindicato dos jornalistas profissionais do Estado do Paraná, acaba de entregar ao Secretário da Comunicação, Cleto de Assis, Ofício endereçado ao Governador Ney Braga, onde dá inteiro apoio à medida. É, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a manifestação oficial da entidade máter do nosso jornalismo paranaense, que se manifesta e que via de consequência, dá também, o seu respaldo à manifestação do editorial "Morte do Release".

Para completar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, leio o que escreveu o "Jornal do Brasil", na edição do dia 18 último, na sua coluna "Informa JB".

Já foi tarde.

A opinião pública paranaense, pode creditar a seu Governador Ney Braga, pelo menos um obséquio, o de ter estinguido em seu primeiro dia de mandato, os "press releases" das relações entre a Imprensa e a administração pública estadual. Na década de 1960, este instrumento foi aliado à censura, um dos piores adversários da liberdade de informação deste País, se o Governo podia com uma das mãos censurar, enquanto, com a outra, distribui as suas próprias conveniências, fantasiadas de notícias. Na realidade, ressuscitava o DIP do Estado Novo, sem a necessidade de um ato formal de instalação.

O Departamento, como um ectoplasma, se ramifica por todas as repartições públicas, asfixiando o autêntico jornalismo.

Liberdade de imprensa, embora se confunda tantas vezes no Brasil com uma prerrogativa da imprensa e um direito de opinião pública a que a imprensa apenas serve.

Por isso, não importa se a nova medida assusta jornais, revistas ou emissoras eventualmente condicionadas naquele enlevo da alma, ledão e cego, que o "pres release" propicia.

O importante, é registrar que, acabando com uma válvula que liberava informações sempre na dose certa do interesse oficial, o Governo do Paraná abriu o caminho à vazão natural da informação autêntica, que é aquela obtida da perspectiva do interesse público.

Quem não pode passar sem o seu "pres release", que leia e assine o "Diário Oficial", que pelo menos é objetivo austero e prático.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Antes de mais nada, queria cumprimentá-lo, Deputado José Domingos, por reconhecer que, realmente, até há dias atrás, vivíamos numa imprensa totalmente amordaçada, que inclusive, roubava o lugar de muitos profissionais.

Isso porque, o "release" simplesmente exigia a presença de um buscador, se é que posso usar tal termo, de notícias que realmente, como já diz o nome, eram dirigidas. Cerceando a criatividade, a liberdade e a capacidade acima de tudo, de muitos profissionais da nossa Imprensa, carentes até de colocações em nossos jornais, haja vista, esta condição.

Assim sendo, ao cumprimentar o Deputado José Domingos Teixeira...

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA — ... o Deputado José Domingos Teixeira, gostaria de cumprimentar também um Governo que assume, em tomando tal medida, porque realmente vai proporcionar que cada profissional possa extravasar toda a sua condição, sua capacidade de bom profissional que deve existir por aí. Pois não, Deputado.

O Sr. José Domingos — Agradeço o aparte concedido por Vossa Excelência, agradeço também, as referências feitas ao requerimento de nossa autoria, com respeito...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lembra ao nobre Deputado que, em encaminhamento de votação, não é permitido aparte.

Continua com a palavra, o Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Tenho certeza que, para concluir, toda a nossa Imprensa do Paraná, terá condições de demonstrar a sua força e terá condições também, de apresentar profissionais altamente gabaritados, que estavam escondidos atrás do "release".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. MÁRIO CELSO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para registrar na Casa, a minha satisfação, pelo término do famigerado "press release", algo que cerceia a liberdade de ação de muitos grandes profissionais de imprensa do Paraná.

Graças ao término do "press release", teremos um maior mercado de trabalho, com os profissionais de imprensa tendo liberdade de ação, não só na Casa do Executivo, mas nos outros órgãos dependentes do Estado do Paraná.

Quero também, com muito prazer, solicitar ao nobre companheiro José Domingos, para subscrever tal requerimento, porque acho de tal importância, que não divide ARENA e MDB, em ideologias, mas sim, une ARENA e MDB, numa palavra que ecoa por todos os cantos, que é a palavra da liberdade de imprensa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, no sentido de que seja instalado um posto de serviço telefônico, na localidade de Rondinha, sede do Distrito de Pedro Lustosa, Município de Pinhão.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, em forma de apelo, no sentido de determinar a instalação de um telefone público, junto à Igreja Messiânica do Brasil, situado nesta Capital.— Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs: 01/79, 02/79 e 03/79 e de Lei n.ºs 108/78 e 135/78.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS, EM SESSÃO DO DIA 19 DE MARÇO DE 1979.

MORTE DO "RELEASE"

A quem pode interessar, o "press release" distribuído, da forma como vinha sendo feito pelo Governo do Estado aos órgãos de comunicação social?

Ao governo, que os fabricava e abastecia as redações de jornais, rádios e revê's?

Evidentemente que não.

Uma informação estereotipada, eivada de louvaminhas, divulgada com as mesmas letras, títulos, idéias, etc., em todos os jornais "engajados", muitas vezes, até duas ou três vezes em páginas diferentes, numa mesma edição, jamais poderia beneficiar alguém. Nem o governo, nem o jornal, nem o leitor. Este sempre identificou o material encomendado, a matéria feita por assessoria para agradar o governante, tapear a opinião pública, emascular o veículo de imprensa. Qualquer leitor, não importando o seu nível intelectual, passou a classificar como "matéria paga" os "releases" que, nos últimos anos, passaram a encher jornais e mais páginas dos jornais contratados para abrigar a grande produção diária de "material de imprensa".

Não interessa ao governo. Nem lhe faz bem. Está claro. Interessaria, então, aos veículos, aos órgãos de comunicação, que têm o dever de se manter a serviço da informação, da boa informação, da notícia limpa, honesta, "grátis"?

Não. Absolutamente, não. Como dissemos, o "release", no volume e na frequência vistos nos últimos tempos, emascularou parte da nossa imprensa. Infelizmente. Utilizados para "tapar buracos" em páginas de anúncios, os "press release" muitas vezes terminavam até em manchetes principais, registros em primeira página, enganando o leitor, e prejudicando, indiretamente, o governo. Prejuízo, já que terminavam identificados pela opinião pública, que os localizava em outros veículos iguaizinhos: palavra, vírgula, ponto, título, os mesmos erros, as mesmas badalações inúteis, ridículas e desgastantes.

O "release" não interessa nem ao governo, nem aos órgãos de imprensa. Interessaria ao jornalista?

Também não. Jamais. Não é o jornalista um "office boy" com a função de trazer à redação um recado feito, do qual ele não participa. O "release" tolhe o profissional, diminui o campo de sua atividade, rouba-lhe o próprio motivo de sua razão de ser jornalista, que é o contato direto com a fonte, sem intermediários, pois só assim terá ele a certeza de estar transmitindo a informação correta. E é o próprio jornalista aliado de um processo que interessa também ao governo, uma vez que o governo também auferir desse profissional informações valiosas, na medida em que o profissional de imprensa coloca à mesa as questões que colhe junto aos mais diversos segmentos da sociedade.

Nos, de O ESTADO, estamos à vontade para aplaudir esta decisão tomada pelo Governador Ney Braga, através de seu secretário de Comunicação Social. O caminho do "release", nos últimos tempos, tem sido a lata de lixo. Pois acreditamos que o elogio viciado não interessa - como dissemos - a ninguém. Pois entendemos que jornal que se preza não aceita intermediários na tarefa de informar, de bem informar. Pois achamos que, atirando ao lixo o texto pronto para publicação, e procurando ver as coisas com nossos repórteres, informamos sempre melhor.

Que papel caberia, então, aos assessores de imprensa, ao secretário de Comunicação Social, a toda a estrutura montada pelo governo - embora de forma viciada - para sua comunicação com o povo?

Sem dúvida, a tarefa de assessor, pura e simplesmente, como a palavra diz: auxiliar a imprensa em sua obrigação de informar, facilitar o trabalho do profissional, colocá-lo em contato com a autoridade ou com a fonte da informação, comunicar às redações a agenda de seus assessorados, convocar

a imprensa quando esta se faz necessária. Um jornalista não gosta de entrevistar outro jornalista, embora este profissional entenda, também, que um secretário de Estado não possa estar sempre à sua disposição. É fornecendo os detalhes de uma obra, por exemplo, e não distribuindo o elogio pronto, que um bom assessor (e existem bons assessores à disposição do governo) consegue cumprir sua tarefa junto à imprensa, que dispensa também viagens pagas, mordomias e outros "favores".

Demonstrando a intenção de colocar fim à informação dirigida, o governo de Ney Braga, por certo, fez um gesto inteligente e honesto a seu favor, em favor dos veículos de comunicação, em benefício também do povo. Abriu-se para o diálogo, que não exclui a crítica.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
9ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Indústria e Comércio, na Sala de Reuniões das Comissões, nesta Assembléia Legislativa. Na forma regimental, abriu a reunião o Senhor Deputado Cyro Martins, constataando-se a presença ainda, dos Senhores Deputados: Werner Wanderer, Ezequias Losso, Nestor Baptista e Antônio Romero Filho. A seguir, o Senhor Presidente deixou livre a palavra. O Senhor Deputado Werner Wanderer usando da palavra, indicou os nomes dos Senhores Deputados Cyro Martins e Nestor Baptista para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Em vista do sucesso alcançado pelo primeiro, Deputado Cyro Martins, à frente da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, ocasião em que realizou uma administração proba e profícua, carreando inclusive para aquela cidade, inúmeros complexos industriais que vieram impulsionar ainda mais o processo da Princesa dos Campos, e, também pelo elevado espírito público do segundo indicado, Deputado Nestor Baptista, o qual dia a dia, pela forma aguerrida com que defende a gente do Paraná, vem se destacando cada vez mais no desempenho de seu cargo, na atual Legislatura. Continuando em votação, é aprovada a proposição. A seguir, o Senhor Deputado Cyro Martins assumiu a Presidência, agradecendo em seu nome e em nome do Vice-Presidente eleito, a honra e a distinção de que foram alvo por parte de seus Pares. Prosseguindo, o Senhor Presidente indicou o nome do funcionário Sérgio Antônio Souto, para Secretário da Comissão, sendo aprovado pelos demais membros, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, Sérgio Antônio Souto, e após lida e achada conforme, foi assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e vai à publicação.

CYRO MARTINS - Presidente
NESTOR BAPTISTA - Vice-Presidente
ANTÔNIO ROMERO FILHO - Membro
WERNER WANDERER - Membro
EZEQUIAS LOSSO - Membro
Sérgio Antônio Souto - Secretário

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL
CONSTITUÍDA PARA APRECIAR A PROPOSIÇÃO
Nº 40/79 - MENSAGEM GOVERNAMENTAL
Nº 34/79, QUE SUBMETE À CONSIDERAÇÃO
DESTA CASA O NOME DO ENGENHEIRO
JAYME LERNER, PARA OCUPAR O CARGO
DE PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBA

Às dezessete horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões Técnicas do Anexo do Plenário desta Assembléia Legislativa, presentes os Senhores Deputados Airton Cordeiro,

José Domingos Teixeira e Ezequias Losso, indicados pela bancada da Aliança Renovadora Nacional e Nestor Baptista e Mário Celso indicados pela bancada do Movimento Democrático Brasileiro, reuniu-se a Comissão Especial constituída de acordo com a Resolução nº 02/66, de 05 de outubro de 1966, a fim de apreciar a Resolução nº 40/79 - Mensagem Governamental nº 34/79 - através da qual Sua Excelência o Senhor Governador do Estado submete à consideração desta Assembléia Legislativa, o nome do Engenheiro Arquiteto Jayme Lerner, para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba. Instalada a Comissão, foi eleito para ocupar a Presidência da mesma o Senhor Airton Cordeiro, o qual designou o nobre Deputado Ezequias Losso para relator da Proposição que apresentou parecer através do qual manifestava-se favoravelmente à indicação, após a análise detalhada do "curriculum vitae" do indicado, bem como dos méritos pessoais e técnicos que são deveras conhecidos pela vida pública que o mesmo apresenta. Submetido à votação o parecer, foi o mesmo aprovado, com a abstenção de votos dos Senhores Deputados Nestor Baptista e Mário Celso, declarando que tal abstenção se fundamentava em preceito partidário que defende eleições diretas em todos os níveis e em

especial dos Prefeitos Municipais das Capitais brasileiras, dispositivo este também defendido pelo partido majoritário, e ainda estribados em decisão da bancada estadual do Movimento Democrático Brasileiro que considerou a presente Comissão como parte do processo indireto, salientando todavia, que tal decisão não se constituía em qualquer demérito ao honrado nome do Engenheiro Arquiteto Jayme Lerner. Em seguida, o Senhor Presidente, encerrando os trabalhos da presente Comissão, determinou o encaminhamento da presente Proposição devidamente relatada à Mesa, para os fins previstos na citada Resolução nº 02/66, da qual para constar, eu Laertes Luiz Foggato, secretário designado, lavrei a presente Ata, que será por mim, pelo Senhor Presidente e demais membros assinada.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(aa) AIRTON CORDEIRO - Presidente

EZEQUIAS LOSSO - Relator

JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA - Membro

NESTOR BAPTISTA - Membro

MÁRIO CELSO - Membro

Laertes Luiz Foggato - Secretário